

caderno

de

NOTÍCIAS

Jornal da ADUFES - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo . Seção Sindical do AnDES . Sindicato Nacional - Vitória . Espírito Santo
Edição número 90 julho/agosto/setembro 2015

Crônica do descaso: o caminho é a luta



Entrevista
Valdemar Sguissard – “A expansão da educação superior brasileira se caracteriza pela submissão ao neoliberalismo”

60º Conselho Nacional do Andes-SN: organizando a luta

Durante os dias 13 e 16 de agosto, docentes de todo o país estiveram reunidos no 60º Conad, em Vitória, para debater a universidade, a educação, o país e o mundo, sob a perspectiva da classe trabalhadora e com um objetivo claro: intervir nessa realidade e ajudar a transformá-la. O Conad também atualizou o plano de lutas aprovado no 34º Congresso e analisou as contas do Andes-SN.

Sobre a situação nacional, os/as docentes foram taxativos: não podemos cair na armadilha da falsa polarização entre PT e PSDB e, por isso, não deveríamos nos integrar nem aos atos do dia 16/08, chamados pela oposição de direita, nem aos do dia 20/08, chamados pelo governo. O 60º Conad reafirmou que nossa tarefa é construir um terceiro campo, o campo dos/as trabalhadores/as, contra os dois grupos que se digladiam para ver quem governa melhor para o capital e arranca mais direitos de nossa classe.

Nesse momento em que os ataques à Universidade Pública se sucedem, com bilhões e bilhões de reais sendo cortados, inviabilizando uma série de atividades e precarizando ainda mais as condições de trabalho e ensino, não é possível alimentar qualquer tipo de ilusão com este governo.

O executivo se comportou de forma absolutamente intransigente com a forte greve dos Servidores Públicos Federais (SPFs) buscando, a todo custo, impor mais arrocho salarial ao conjunto do funcionalismo,

para garantir superávits primários e continuar engordando os banqueiros, que lucram como nunca. O governo que corta direitos dos/as trabalhadores/as, que retira verbas da saúde e da educação públicas não hesita em financiar a educação privada via Fies, nem em conceder isenções fiscais milionárias às montadoras que demitem e enviam praticamente todo este dinheiro para fora do país.

Campanha Salarial 2015. Enquanto fechávamos esta edição do Caderno de Notícias, o que estava colocado pelo governo na mesa de negociação era uma proposta de reajuste que não repunha minimamente as perdas salariais do funcionalismo. E que, mesmo assim, poderia ser cortada do orçamento 2016 para garantir o superávit primário.

O desemprego cresce no país e, ao invés do governo propor uma medida para garantir o emprego dos/as trabalhadores/as, o que faz é propor redução da jornada com redução dos salários, para que os trabalhadores paguem, mais uma vez, a conta de uma crise que não criaram. Além disso, dificulta o acesso ao seguro-desemprego, sem falar nos cortes nas pensões das viúvas e órfãos/as, no auxílio-defeso etc.

Na Câmara Federal, Eduardo Cunha impõe sorrateiramente a redução da maioria penal, medida que só vai aumentar o verdadeiro genocídio da juventude pobre e negra das periferias. No Senado, Renan Calheiros, com as bênçãos de Dilma, apresenta uma Agenda (contra

o) Brasil, com ataques duríssimos que fazem o ajuste fiscal parecer leve. Até cobrança por atendimento no SUS está em pauta. Ao mesmo tempo, atacam o direito democrático dos partidos de esquerda expressarem suas ideias através de uma cláusula de barreira que protege as legendas de aluguel e silencia a oposição de esquerda.

O PSDB, de Alckmin, Beto Richa, FHC e Aécio dispensa apresentações. Agora foram explicitamente envolvidos na Lava Jato, sem falar no escândalo do Metrô de São Paulo. São os sujos, falando dos esfarrapados.

Frente a toda essa situação, o 60º Conad reafirmou a necessidade de fortalecer o campo dos/as trabalhadores/as. Nosso lugar não é ao lado de nenhum desses bandos, por isso o Andes-SN, junto com a CSP-Conlutas e várias outras entidades organizaram Ato Nacional, em 18/09, com os eixos:

- Nem governo do PT, nem os picaretas do PMDB e PSDB
- Não aceitamos pagar a conta da crise
- Queremos estabilidade no emprego sem redução salarial
- Não aceitamos o ajuste fiscal
- Não queremos a Agenda (anti) Brasil
- Exigimos o fim da corrupção

O ato nacional abriu caminho para a construção de uma Greve Geral em nosso país para derrotar o ajuste fiscal, a Agenda Brasil e todos os ataques aos trabalhadores/as e ao povo.

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo
ADUFES – Seção Sindical do Andes – SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES CEP 29060-900

Telefone: 27. 3235-9294
Telefax: 27. 3227.3908
www.adufes.org.br
adufes@adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

Edson Pereira Cardoso
presidente

Rafael Vieira Teixeira
vice-presidente

Cenira Andrade de Oliveira
secretária geral

Sandra Della Fonte
1ª Secretária

André Michelato Ghizellini
tesoureiro geral

Renata Couto Moreira
1ª Tesoureira

Odiléa Dessaune de Almeida
1ª suplente

Aureo Banhos dos Santos
2º suplente

Raphael Góes Furtado
3º suplente

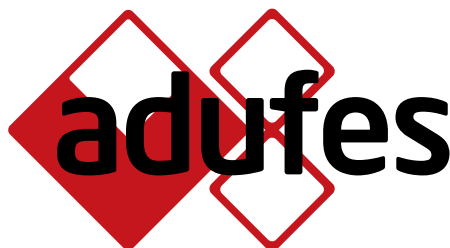
Ana Cláudia B. Campos Wenceslau
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:
Giselle Pereira (Mtb 2644)
Vívica Fernandes (Mtb 447)

Designer Gráfico
Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA



Para onde caminha a educação pública brasileira?

Defender o princípio da gratuidade é parte da luta contra a reforma que destrói o ensino



Foto: Comunicação Adufes

Presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, diz que muitos reitores tentam esconder dados em conivência com a política de cortes do governo federal

É vergonhosa a situação em que se encontram as universidades públicas brasileiras. Brindadas com o corte de aproximadamente R\$12 bilhões pela “Pátria Educadora”, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFE) enfrentam dificuldades, remetendo aos tempos FHC quando entra o neoliberalismo nas universidades impossibilitando a pesquisa, o ensino e a extensão. As consequências do modelo repaginado, que mantém a lógica das parcerias público-privada, fortalecendo as fundações em detrimento de estruturas públicas, foram previstas no 34º Congresso do Andes-SN, em fevereiro.

Da mesma forma, a luta dos/as docentes contra o retrocesso foi reafirmada no 60º Conad, em Vitória (13 a 16/08). Respeitadas e premiadas pelos seus doutores, mestres e pelas pesquisas, as universidades enfrentam gerenciamento que favorece o grande capital

e organismos internacionais (FMI/Banco Mundial). O sucateamento é seguido pelos governos estaduais. “O FMI continua dando as cartas para salvar os bancos. A defesa do caráter público da universidade é a forma para enfrentar a mercantilização e privatização das IFE”, destacou o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo.

Crise camuflada pelos reitores. Entre as inúmeras ações do Andes-SN, Rizzo lembrou da campanha “ABRE AS CONTAS REITOR (A) que cobra a publicização da extensão e efeito dos cortes. “Problemas escondidos não são resolvidos”, disse, ressaltando que reitores esquecem de defender a própria universidade ao esconder dados em conivência com o governo federal.

De acordo com Rizzo, as IFE terminaram 2014 com problemas financeiros e os cortes impõem risco ao funcionamento das mesmas. As instituições estão em estado precário, faltam professores/as, salas de aula,

laboratórios, assistência estudantil e investimentos para oferecer educação de qualidade para a população. “Várias instituições não têm recursos para o pagamento de despesas básicas como energia elétrica e materiais de limpeza e higiene”, pontuou.

Greve Nacional. O presidente lembrou da greve nacional dos docentes que foi deflagrada em 28/05 em defesa do caráter público da educação, atacado pelas políticas do governo. Segundo Rizzo, a categoria quer que os cortes sejam revertidos e que o governo coloque dinheiro nas universidades públicas.

Rizzo falou também que o governo Dilma aposta na retirada de direitos trabalhistas (MP’s 664 e 665), na subida inescrupulosa dos juros e no enorme plano de concessões para a iniciativa privada. “O processo de retirada de recursos das universidades é o mesmo que corta aposentadoria,

que impede reajuste salarial dos servidores públicos federais (SPF) e a reestruturação da nossa carreira”, disse.

Crise seletiva. Os sucessivos ajustes foram criticados pela secretária-geral do Andes-SN, Cláudia March, que citou a transferência de recursos para os Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni) como forma de tratar a educação como mercadoria. Desse modo, enquanto os cortes do orçamento do Ministério da Educação representam R\$12 bilhões, o governo liberou R\$ 17,7 bilhões para o Fies e renunciou arrecadação de R\$ 970 milhões para o PROUNI.

“Os cortes são seletivos. Não é só uma política de ajuste, mas um redimensionamento na relação público-privado”, lembrou March, ressaltando a luta do Andes-SN em defesa do projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade é necessária.

Docentes tutores do EAD denunciam condições precárias de trabalho



Foto: Liana Coll - ADUFpel

Professoras do EAD da UniRio estiveram em Vitória participando do 60º Conad

Os/as professores/as tutores do Ensino a Distância (EAD) contratados pela Fundação Cederj/ Consórcio Cederj (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), criaram a primeira seção sindical do Andes-

-SN formada por docentes do EAD. Trabalhando em condições ainda mais precárias, a filiação – inicialmente, à Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN –, constitui importante passo para o avanço da luta pelo respeito aos direitos trabalhistas.

Durante o 60º Conad, as professoras do EAD da Unirio, Marcela Sanches, Maria Evanilda Tomé e Rosenely Dantas, lembraram que o processo de sindicalização representa a busca de reconhecimento. “A criação da seção sindical surgiu da necessidade de nos organizarmos enquanto professores/as tutores, pois somos excluídas/os de um contrato formal que reconhece os direitos trabalhistas”, disse Rosenely. Os tutores trabalham em 32 diferentes polos espalhados pelo estado fluminense.

De janeiro a maio, as/os docentes ficaram sem receber seus salários. “Continuamos dando nossas tutorias,

atendendo aos alunos/as, mas sem nenhuma posição em nosso favor”, explicou Maria Evanilda. Ela destacou que a ausência de vínculo gera o descumprimento dos direitos trabalhistas básicos.

Quando um/a trabalhador/a adocece, por exemplo, não é permitido que falte ao trabalho. As gestantes também não têm direito a afastamento por maternidade.

“Não temos amparo nenhum na lei. Se ficamos doentes, fazemos um acerto entre nós. Assumimos as disciplinas do/a colega para poder ajudá-lo/a, o que acaba gerando sobrecarga e novos adoecimentos”, desabafou Marcela.

Nova seção sindical será homologada no Congresso do Andes



Foto: ADUNIRIO

Primeira assembleia dos professores/as tutores/as aconteceu em 24 de julho, no RJ

A criação na UNIRIO da seção sindical dos/as professoras/as do Ensino a Distância ocorreu no último dia 24 de julho, marcando importante passo para a melhoria das condições de trabalho da categoria.

Para os docentes, a iniciativa deve estimular a organização de outros professores tutores para que participem do Andes-SN e,

assim, fortaleçam a luta pelo reconhecimento e pela valorização da carreira.

A seção sindical ainda não foi homologada pelo sindicato nacional, mas isso deve ocorrer no 35º Congresso do Andes-NS, que será realizado em Curitiba (PR), em 2016. “Com o apoio jurídico do Sindicato Nacional, estamos fazendo nosso estatuto e

vamos concluí-lo antes do Congresso”, destacou a professora tutora Tomé Maria Evanilda.

Luis Eduardo Acosta, 1º vice-presidente da Regional do Rio de Janeiro, lembrou que a filiação de professores/as tutores ao Sindicato Nacional é um passo fundamental para melhoria das condições de trabalho e garantia da qualidade da universidade pública. “A constituição de seções sindicais de docentes em condições mais precárias, como é o caso dos professores tutores de Ensino a Distância (EAD), eleva o patamar de organização desses/as trabalhadores/as”.

Acosta sustenta que a precarização é uma nova situação do mundo do trabalho, imposta atualmente pelo capital, com a qual todos os sindicatos unitários e classistas terão que lidar. “Há uma tendência dominante

no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo em desregular o mercado de trabalho, na busca do contrato flexível para aumentar a exploração da força de trabalho. Esta tendência chegou às universidades públicas”, disse.

Participação no Conad. Pela primeira vez no Conad, as professoras tutoras Marcela Sanches, Maria Evanilda Tomé e Rosenely Dantas se sentiram motivadas por estarem no evento. “Uma experiência muito rica. Pensar a carreira docente é pensar também na modalidade da educação a distância”, afirmou Evanilda. Já Marcela viu o espanto dos participantes com a precariedade dos colegas do EAD. “É uma causa séria e justa. Precisamos tornar esse assunto nacionalmente conhecido”, disse.

Greve ultrapassa 100 dias e segue forte



Foto: Divulgação

A greve foi deflagrada em 28 de maio de 2015 em várias universidades federais do país. O movimento segue aguardando avanço nas negociações com o governo

A greve dos/as docentes federais completou mais 100 dias ainda sem resposta efetiva do governo federal à pauta de reivindicações. A paralisação teve início no dia 28 de maio e conta com a adesão de cerca de 50 seções sindicais do Andes-SN.

As duas últimas reuniões entre o Comando Nacional de Greve (CNG) e representantes da Secretaria de Educação Superior do Ministério da

Educação (Sesu/MEC) foram conquistadas após intensa mobilização dos/as professores/as com atos em frente ao MEC e também nas Instituições Federais de Ensino (IFE), e em conjunto com estudantes e técnicos – também em greve.

Apesar da dificuldade em negociação com o Ministério da Educação, o movimento tem conseguido, através de forte pressão, avançar nas pautas internas nas IFE. Em relação a

Carreira, a Sesu/MEC reconheceu a necessidade imediata de reestruturação, com impacto financeiro já para 2016. Esta postura se contrapõe à proposta do Ministério do Planejamento (MPOG) que previa impactos financeiros apenas para 2020.

Pauta Geral. Com relação à negociação da pauta geral dos Servidores Públicos Federais (SPF) permanece a luta pela política salarial permanente

com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias; índice linear de 27,3%; paridade salarial entre ativos e aposentados; retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos servidores e incorporação de todas as gratificações produtivistas. O movimento exige também o fim da terceirização e a suspensão do corte de ponto dos/as trabalhadores/as das categorias que estão em greve.

Governo ataca liberdade sindical

Enquanto os/as docentes estavam reunidos no 60º Conad, reafirmando o papel do sindicato no fortalecimento da unidade na luta dos/as trabalhadores/as, o governo mais uma vez golpeava o Andes-SN, descredenciando 15 seções sindicais. Paulo Rizzo, presidente do sindicato nacional, informou que o descredenciamento pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGEP/MPOG) tem efeito suspensivo de consignações em folha de pagamento do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

A interrupção da operação no SIAPE, foi publicada no Diário Oficial da União em

14/08/2015. A Assessoria Jurídica do Andes-SN está acompanhando o assunto.

No mês passado, o diário oficial da União (DOU) trouxe listagem de 198 entidades que teriam suas rubricas descredenciadas. Dentre elas, várias entidades representativas do funcionalismo, como seções sindicais da base do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

Descredenciadas. As entidades descredenciadas do Andes-SN são: ADUFSJ, ADUFU, ADUFS,

ADUFPA, ADUFRA, ADUEFAC, ADUFEPE, ADUFDOURADOS, ADUFMAT, ADUNIFESP, ADFMTM, ADUFPI, SINDUEFAP, ADUFVJM, APUB.

Sindicato forte e autônomo. Para um dos fundadores do Andes-SN e coordenador do GT de Política e Formação Sindical, Márcio de Oliveira, a intervenção nos sindicatos é uma medida autoritária e que tenta eliminar as vozes dissonantes a dos grupos que hoje detêm o poder político no país. “O autoritarismo quer calar vozes divergentes. Historicamente, o Andes-SN atua na defesa do sindicalismo independente e autônomo, na organização pela base e pelo fim das contribuições sindicais compulsórias”, lembrou Márcio.

O Andes-SN representa as instituições federais e estaduais públicas, mas no setor das instituições privadas há uma disputa com o sindicato governista, o Proifes. “Persiste a luta contra o divisionismo e a fragmentação da nossa base de representação por aqueles que buscam moldar o movimento docente às propostas do governo e interesses mercantis, muitas vezes aceitas pelas administrações das instituições de ensino superior. Precisamos reforçar a luta contra a mercantilização da Educação e aumentar o engajamento de nossa base na agenda de ações do sindicato nacional”, lembrou Márcio de Oliveira.

Criminalização dos movimentos sociais em debate



Representantes de movimentos sociais protestam contra perseguição e violações

“Não há mais vergonha de se expressar o conservadorismo no Brasil”. A avaliação é da professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eblin Farage, durante discussões, em Vitória, sobre criminalização dos movimentos sociais e populares.

Para Eblin, os/as conservadores/as e reacionário/as estão cada vez mais intolerantes e muito bem organizados/as. “Obviamente são incentivados/as por parte da estrutura polí-

tica do país, dominada pelos interesses da burguesia”.

Segundo a professora, um dos efeitos da criminalização é a tentativa de calar as vozes de resistência por meio da repressão e violência. “São os camponeses, sem teto, movimento LGBT, trabalhadores/as urbanos e do campo – homens e mulheres –, que cotidianamente têm seus direitos fundamentais violados, inclusive o direito à vida, em nome da voracidade do capitalismo que controla o Estado”, disse. O domínio do

conservadorismo sobre Estado, segundo ela, tem permitido prisões, inquéritos policiais, ações criminais e ameaças contra os movimentos sociais.

“Isto se dá em articulação com um processo de satanização dos grupos e é desenvolvido pelos meios de comunicação que priorizam as falas criminalizatórias e manipulam informações e fatos referentes às manifestações. Em nenhum momento, os veículos reconhecem esses movimentos”, criticou a professora.

Discurso de ódio. Ela chama a atenção para o discurso de ódio caracterizado por atitude, conduta ou expressão que incita a violência/discriminação. “O governo recorre a um Congresso Nacional conservador que aprova leis e medidas que agridem direitos humanos e que se reverberam e levam a sociedade a fazer justiça com as próprias mãos. Trata-se de um ódio a tudo aquilo que é diferente ou está fora do padrão estabelecido pela burguesia”, lembrou Eblin.

A universidade, segundo a professora, deve fortalecer as ações dos movimentos sociais e populares. “A nossa tarefa é colocar a universidade a serviço dos movimentos populares. Hoje, mais do que nunca, os/as docentes têm que se envolver com os grupos sociais, ajudar no fortalecimento e na legitimação desses coletivos”.

Andes-SN e Movimentos Sociais. A diretora da Adufes, Renata Couto Moreira, lembra que o Andes-SN vem reforçando a relação da universidade e do próprio sindicato com os movimentos sociais e populares. “Num contexto de crescente criminalização dos movimentos e de ataques à autonomia e à liberdade de organização, colocamos como central a defesa da liberdade de organização sindical, do direito irrestrito de greve e do direito dos/as docentes de se organizarem de forma conjunta com os movimentos sociais e populares”, defende Renata. A diretora do sindicato participou, como observadora, do 60º Conad.

A luta contra a Funpresp continua

A luta contra a lei 12.618/2012, que instituiu o Regime de Previdência Complementar (RPC) para os Servidores Públicos Federais (SPFs) continua na pauta do Andes-SN. Ao analisar as transformações da previdência, a secretária-geral do Sindicato Nacional, Cláudia March, destacou que a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), criada pelo governo após o fim da aposentadoria integral, é fruto de sucessivas reformas e mudan-

ças ocorridas nos governos FHC (PSDB), Lula (PT) e Dilma (PT).

Por trás de tais medidas estão dois objetivos centrais: reduzir os gastos sociais para assegurar recursos para pagar à dívida pública e incentivar a ‘previdência’ privada, por meio do abandono gradativo da seguridade pública.

“A Funpresp não tem características de previdência social, mas sim de uma aplicação de alto risco”, destacou Cláudia March. Ela lembra que, desde 2013, o

regime é aplicável aos/as ingressantes no serviço público. “A contribuição definida – na qual o associado sabe quanto paga, mas não sabe quanto vai receber – é um dos aspectos que fazem do Funpresp uma aplicação financeira. É como se fosse um título de capitalização que ao final você vê quanto tem”, disse March.

Previdência complementar nos estados e municípios. Os demais governos seguem implementando os Fundos de Previdência Complementar. Segundo a secretária-geral do

Andes-SN, o Grupo de Trabalho Seguridade Social (GTSSA) e o setor das estaduais do Andes-SN têm buscado esclarecer a todos/as sobre os riscos.

A professora lembrou de outros exemplos fracassados com a mesma proposta do Funpresp, como o caso Postal dos Correios, que aplicou o dinheiro dos funcionários nas empresas de Eike Batista. “A insegurança do servidor é o ponto chave de um plano que considero mais de capitalização do que um plano de previdência”, concluiu a professora.

Valdemar Sguissard – “A expansão da educação superior brasileira se caracteriza pela submissão ao neoliberalismo”

Em entrevista ao Caderno de Notícias, o professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Valdemar Sguissard, analisou as práticas mercadológicas sob os marcos legais vigentes.



Professor Valdemar Sguissard fez palestra na UFES, em Vitória, no mês passado

1. É possível relacionar os cortes de verbas na educação e o resultado da sua pesquisa “Educação superior no Brasil - refém do mercado”?

R.: O estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil – 2002-2012 revela que a educação superior está se tornando refém do mercado muito mais em razão do grau de privatização mercantil do Estado do que pela massa maior ou menor de recursos do Fundo Público – federal, estadual – para a educação. Mais importante que o volume de recursos para as instituições federais foi a edição dos Decretos n. 2.207/97 e 2.306/97 que legalizaram o “negócio” da educação superior, permitindo a existência de instituições com fins lucrativos.

Por outro lado, os recursos públicos destinados às Instituições Federais de Educação Superior (2003 a 2012), não impediram a expansão das ins-

tuições com fins lucrativos; não impediram também que, a partir de 2007, várias das mantenedoras dessas instituições abrissem seu capital, expandindo o número de instituições e matrículas; não impediram que se verificasse a oligopolização do setor, com uma única mantenedora – a Kroton; não impediram, por fim, que com o Prouni e o Fies, as quatro empresas do setor educacional da BM&FBovespa fizessem desse setor o mais rentável dentre os 15 setores econômicos listados na bolsa paulista.

2. Podemos afirmar que as universidades públicas brasileiras estão implantando uma nova estrutura administrativa universitária, baseada em modelo empresarial?

R.: De um modo geral, os ajustes neoliberais na economia mundial têm conduzido a uma mudança significativa na concepção da universidade. No caso brasileiro, embora as instituições públicas sejam

proibidas de cobrar anuidades, o incentivo à parceria público-privada, à lei da inovação tecnológica, a orientação dos editais das agências financiadoras, a presença cada vez maior de fundações de apoio institucional (fundações privadas), o produtivismo acadêmico (incentivado pelo modelo Capes de avaliação da pós-graduação) etc. têm conduzido à intensificação e precarização do trabalho. No caso do produtivismo acadêmico, este contribui para afastar grande contingente de professores de pós-graduação – sem tempo ou saúde – da luta sindical, que fica em geral relegada aos professores de graduação.

3. Você compreende o processo de heteronomia universitária como consequência da influência das ações do mercado e do Estado, que identificam um processo de privatização?

R.: O Estado brasileiro, como em geral o Estado libe-

ral-burguês, é em maior ou menor grau privatizado ou privado-mercantil, no sentido de que seu objetivo principal é criar as condições para a acumulação do capital e, secundariamente, o bem-estar, com algum grau de igualdade, de seus cidadãos. Especialmente na pós-graduação stricto sensu, com as normas vigentes no processo, não de avaliação, mas de regulação e controle vigentes, sob coordenação de uma Agência de Regulação e Fomento (provê, além de notas trienais, auxílios e bolsas, que premiam ou punem), a autonomia dos programas é bastante fictícia, predominando a heteronomia e a cada dia maior uniformidade dos modelos de programa.

4. No processo em que a educação é comércio, a autonomia universitária é uma ameaça?

R.: Ao contrário, a autonomia universitária, já tão precária, passa a ser mais e mais ameaçada. Estas instituições adotam práticas mercadológicas e se servem de fundações privadas, ainda que formalmente sem fins lucrativos, que lhes garantiriam modos de contornar os limites da autonomia de gestão financeira impostos pelo governo central. No caso das instituições cujas mantenedoras têm fins lucrativos e/ou capital aberto e ações no mercado e que têm no lucro e valorização de ações seu principal objetivo, é difícil imaginar como conviveriam a verdadeira autonomia universitária, a liberdade de pesquisa, de ensino, de pensamento.

Corte agrava situação da pós-graduação no país

A falta de verba prejudica bancas, compra de materiais, manutenção de equipamentos e a participação de pesquisadores em eventos científicos



A redução de verba inviabiliza as atividades de pós-graduação e pesquisa no país

“A redução de 75% do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap/Capes) vai frear o crescimento da pós-graduação no país”, disse Olgaíses Maués, da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais (GTPE) do Andes-SN. Ela lembrou que o Proap é a principal fonte de custeio da pós e a retenção pode adiar a abertura de mais mestrados e doutorado.

Na opinião de Olgaíses, ain-

da que haja garantia das bolsas vigentes, a redução de verba inviabiliza as atividades do programa que é formar pesquisadores e produzir conhecimento. “A própria Capes não mudou os critérios de avaliação. Exige dos professores/as alta produção, que é traduzida em trabalhos apresentados em eventos qualificados e publicações em revistas, mas não há dinheiro para nenhuma atividade, ou seja, uma contradição”, criticou.

Ufes: videoconferência para reduzir custos. As bancas de mestrado e doutorado têm sido realizadas de forma sistemática por videoconferência na Ufes. A avaliação, no entanto, é motivo de preocupação. “Evidente que isso diminui a qualidade e o sentido de uma banca presencial”, disse a professora Ana Targina Rodrigues, coordenadora da pós em Política Social (PPGPS).

Na avaliação da docente, a experiência pedagógica da banca presencial beneficia tanto o aluno/a em fase de conclusão como outros interessados na temática, uma vez que os/as pesquisadores/as realizam palestras e oficinas.

Intercâmbio. A falta de dinheiro prejudica também os intercâmbios. “O PPGPS tem parceria com universidades do Chile e Havana e, simplesmente, professores e alunos não têm como ir a lugar nenhum”, informou a coordenadora. A

mestranda Talita Prado não teve como apresentar sua pesquisa em Cuba. “Tinha tudo a ver com a linha do meu trabalho, mas não pude ir”, lamentou.

Suplementação. O pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufes, Neyval Costa Júnior, informou que a verba do Proap seria, inicialmente, de R\$ 2, 6 milhões. No entanto, o montante foi reduzido para R\$ 660 mil, quantia que os programas de pós-graduação da instituição já gastaram em quase a sua totalidade. “Há promessa do MEC de suplementação, mas não temos previsão de quando e quanto isso irá ocorrer”, disse.

Na avaliação do pró-reitor, o problema das bancas foi “remediado” com as videoconferências. As presenciais também serão feitas, mas com convidados/as de faculdades do Espírito Santo. Até o fim do ano serão 350 defesas. O pagamento de bolsas, segundo Neyval, está “intacto”.

Cortes chegam à Extensão da Ufes

O MEC divulgou recentemente o resultado do Proext 2016. Das 66 ações de extensões da Ufes, apenas cinco foram contempladas com recursos. “É o ajuste fiscal chegando até as atividades de pesquisa e de extensão”, disse a pró-reitora de Extensão, Angélica Espinosa. Antes, a média era de 17 aprovações/edital.

O professor do Departamento de Geografia, Antônio Celso Oliveira, inscreveu o Centro de Estudos de Pesquisa de Desastres Naturais do ES (Ceped). Na edição anterior, o programa obteve boa nota e recomendação de ajustes. Revisões foram feitas, porém a nota caiu. “É decepcionante”, resumiu.

A “Agenda popular para territórios impactados pelo complexo logístico industrial do ES”, sob a coordenação da professora de Arquitetura e Urbanismo, Clara Luíza Miranda, foi desclassificada apesar de sua “relevância acadêmica, política e social no desenvolvimento urbano”. “Houve um equívoco. Inscrevi em uma temática e o projeto foi avaliado em outra”, lamentou Clara. Ela entrou com recurso, o projeto foi classificado, mas sem recebimento de verba.

Reflexos. A pró-reitora de extensão da Ufes Angélica Spinosa informou que teme que projetos em execução em áreas de carência social sejam afetados com os cortes de verbas. A uni-

versidade, segundo ela, já teria se comprometido com as comunidades. “Espero que o governo tenha sensibilidade, até porque

envolve o nome da instituição”, disse, informando que tem se reunido com as prefeituras municipais para explicar a situação.



Professor da Ufes, Antônio Celso, ficou decepcionado com resultado do Proext 2016